



Tribunal Supremo

ACÓRDÃO

Proc. nº 1249/17

ACORDAM, EM CONFERÊNCIA, NA 2ª SECÇÃO DA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM NOME DO POVO:

Na 1ª Secção da Sala dos Crimes Comuns do Tribunal Provincial de Luanda, mediante querela do Mº. Pº. (fls. 27 e ss), os RR.:

1. [REDACTED]
[REDACTED] m. i.
a fls 10/v;

2. [REDACTED]
[REDACTED], m. i. a fls.
10/v;

3. [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED] m. i. a fls. 10/v, e;

4. [REDACTED]
[REDACTED], m. i. a fls.
11; foram pronunciados (fls.55 e ss), pela prática de dois crimes de **roubo qualificado**, p. e p. pelo art.435º, nº2 do C. Penal, em concurso real de Infracções com o crime de **detenção, porte e uso ilegal de arma de fogo**, p. e p. pelo art.123º, do Diploma Legislativo nº 3778/67, de 22 de Novembro.

Realizado o julgamento, com a discussão da causa e produção da prova e respondidos os quesitos que o integram (fls.93/v), por acórdão de 15 de Agosto de 2017 (fls. 94 e ss), foi a acusação julgada parcialmente procedente, tendo sido os RR condenados pela prática apenas de **um crime** de roubo qualificado e outro de posse ilegal de arma de fogo, nas seguintes penas:



Tribunal Supremo

- pelo crime de roubo qualificado, cada um, na pena de 7 anos de prisão maior, em virtude da aplicação do art. 94º, nº1, do C. Penal;

- pelo crime de posse ilegal de arma de fogo, na pena de 1 ano de prisão e Kz 6.000,00 (seis mil Kwanzas) de multa. Em cúmulo jurídico foram os RR. condenados na pena única de 8 anos de prisão maior e multa de Kz 6.000,00.

Concomitantemente, foram os RR. condenados no pagamento de Kz 50.000,00 (cinquenta mil Kwanzas) de taxa de Justiça, de Kz 5.000,00 (cinco mil Kwanzas) ao defensor oficioso e Kz 1.260.000,00 (um milhão e duzentos e sessenta mil Kwanzas) de indemnização à ofendida [REDACTED].

Por falta de provas, foram os RR. absolvidos pela prática dos outros crimes.

Desta decisão interpôs recurso o Mº.Pº, por imperativo legal, nos termos dos art. 473º § único e 647º § 1º, ambos do CPP., e requereu ao Tribunal Supremo, a reapreciação do acórdão recorrido.

Nesta instância, os autos foram continuados com vista ao Digníssimo Magistrado do Mº.Pº que emitiu o seguinte parecer:

"O auto de apreensão de fls.5 não identifica quem, entre os réus, detinha a arma de fogo.

A ofendida, em julgamento, não confirmou ter reconhecido um dos réus.

Não nos parece, ter sido produzida prova suficiente para a condenação dos réus".

Mostram-se colhidos os vistos legais e cumpre agora decidir.

MATÉRIA DE FACTO

O Tribunal "a quo" deu como provado o seguinte:

Os factos ocorreram na cidade de Luanda, município do [REDACTED], concretamente, nas residências [REDACTED].



Tribunal Supremo

dos cidadãos [REDACTED] e [REDACTED], ofendidos nos autos.

Os RR. cresceram todos naquela mesma rua, eram amigos e, na ocasião, residiam todos no município do [REDACTED], (à excepção do R. [REDACTED], que residia no [REDACTED]).

Ainda na rua [REDACTED], residia a avó do R. [REDACTED] e este tinha uma oficina mecânica, onde trabalhava.

No dia 9 de Agosto de 2016, por volta das 2 horas da manhã, um grupo de quatro elementos, munidos de armas de fogo, dirigiu-se à casa do ofendido [REDACTED].

Ali chegados, escalaram o muro da residência do ofendido, danificaram parte do tecto e introduziram-se na mesma, todos com os rostos cobertos.

No interior, os indivíduos imobilizaram o ofendido e a família deste, sob ameaças de morte e, em seguida, subtraíram um televisor plasma de 50 polegadas, de marca LG, três colunas de som, de cor preta, dois telemóveis de marca Alcatel, a quantia em dinheiro de Kz 50.000,00 (cinquenta mil Kwanzas) e, na posse dos bens citados, puseram-se em fuga.

O ofendido fez a participação criminal na esquadra policial local, esclarecendo as autoridades que não conseguiu reconhecer nenhum dos indivíduos, pelo facto de os mesmos terem entrado em sua casa com os rostos cobertos.

Os bens do ofendido [REDACTED] não foram recuperados e foram avaliados num montante global de Kz 200.000, 00 (duzentos mil Kwanzas).

Três dias depois, ou seja, no dia 12 de Agosto de 2016, novamente s 2 horas da madrugada, a mesma composição de indivíduos (4), munidos de três armas de fogo (duas do tipo AKM e outra do tipo pistola), todos encapuzados, dirigiram-se a casa da ofendida [REDACTED]. Esta residia, ali, havia algumas semanas.



Tribunal Supremo

Defronte do local, os indivíduos, arrombaram a porta principal e introduziram-se na residência.

Já dentro, os delinquentes apontaram as armas à ofendida e exigiram que lhes entregasse todo o dinheiro que possuía. Temendo pela sua vida, ela entregou todo dinheiro que tinha arrecado no seu negócio, no valor global de Kz 910.000,00 (novecentos e dez mil Kwanzas).

Acto contínuo, os meliantes subtraíram um televisor plasma de marca Samgsung de 48 polegadas, um telemóvel de marca LG, da rede Unitel, uma bolsa de cor preta que continha quatro relógios de marcas Casio, joias, um aparelho de som de marca LG, dois DVDS, quatro pen drives, um descodificador e retiraram-se do local levando com eles todos esses bens.

À medida que iam saindo, os meliantes intimidavam os vizinhos, em voz alta, dizendo que matavam a ofendida caso algum deles saísse.

APRECIAÇÃO DOS FACTOS

Em relação ao assalto movido em casa do ofendido [REDACTED], pouco mais resta por acrescentar, pois, este asseverou desde a participação inicial que durante o assalto não conseguiu ver a cara dos intrusos, por se acharem os mesmos, na ocasião, todos, com os rostos cobertos. (vide fls.7).

Quanto ao assalto cometido em casa da ofendida [REDACTED], atento ao complexo probatório vertido nos autos, inclinamo-nos para um entendimento diferente do sufragado pelo Tribunal “a quo”.

Vejamos:

Vem aludido nos autos que durante o assalto, depois de a ofendida ter entregado aos meliantes a quantia supra mencionada, um dos RR., o [REDACTED] resolveu conferir ali o dinheiro e retirou o capuz, possibilitando, deste modo, à ofendida ver-lhe o rosto. Tal



Tribunal Supremo

circunstância levou à detenção deste R. e, consequentemente, à dos demais, por indicação daquele.

Porém, é de salientar, que tal referência não consta da participação inicial, nem das primeiras declarações prestadas pela ofendida (fls.4 e 6), constando, somente, nas declarações oferecidas pela mesma, após a detenção dos RR. e no acto de acareação (fls12 e 22) com a recorrente.

Refira-se, também, que a mesma versão não foi confirmada pela ofendida em sede de audiência de julgamento - ou pelo menos não foi assim consignado em acta -, momento em que a ofendida realçou tão-somente que os RR. se introduziram na sua residência, "*todos mascarados*". Ora, tal facto abala a nossa convicção no sentido de se aferir se, de facto, a ofendida reconheceu o R. em questão,

Refira-se ainda que não foi arrolada nos autos nenhuma testemunha que tenha visto qualquer dos RR., no local do delito; ao que acresce que, aquando da detenção dos RR., não fomosmesmos encontrados na posse de nenhum dos bens subtraídos da residência da ofendida [REDACTED]. Portanto, não sendo osmesmos confessos, parece-nos, pois, frágil, o complexo probatório reunido nos presentes autos.

O facto de os RR. terem antecedentes criminais, serem amigos, crescido ou viverem na mesma rua dos ofendidos, poderá, eventualmente, constituir-se em indício suficiente para formar um juízo de suspeita, desencadear um processo investigativo, quiçá, um juízo de probabilidade mas, de modo nenhum, nos permite concluir, com a certeza necessária, que foram eles quem cometeu os delitos pelos quais vêm acusados e pronunciados.

Ante tantas dúvidas, em homenagem ao princípio *in dubio pro reo*, não podemos imputar os actos que os autos reportam à responsabilidade dos RR.



Tribunal Supremo

DECISÃO

Nestes termos, acordam os desta Câmara em revogar a decisão recorrida, absolvendo-se os RR.

Soltura imediata.

Luanda, 25 de Maio de 2018

João da Cruz Pitra

Norberto Sodré João

Domingos Mesquita